

Evander Ruthieri da Silva 

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

evander.silva@unila.edu.br

“A escravidão, essa praga social, é um hoje um anacronismo”:

o abolicionismo de Maria Benedita Câmara Bormann (Délia)

Resumo:

O artigo tem como objetivo principal analisar as relações entre literatura e política no final do século XIX, com ênfase nas reverberações do movimento abolicionista a partir da produção literária de Maria Benedita Câmara Bormann (Délia). A partir de uma perspectiva teórico-metodológica inspirada na História Social da Cultura, a ênfase recai sobre duas narrativas breves e dois romances folhetinescos publicados entre 1884 e 1890, nos quais se vislumbra um movimento de denúncia dos horrores da escravidão e da persistência dos interesses e vontades senhoriais. **Palavras-chave:** História e Literatura, Movimento Abolicionista, História do Brasil, História Social, Délia

Abstract:

“Slavery, this social plague, is today an anachronism”: The abolitionism of Maria Benedita Câmara Bormann (Délia)

The main objective of this article is to analyze the relationship between literature and politics at the end of the 19th century, with an emphasis on the reverberations of the abolitionist movement through the literary production of Maria Benedita Câmara Bormann (Délia). From a theoretical-methodological perspective inspired by the Social History of Culture, the emphasis falls on two short narratives and two novels published between 1884 and 1890, in which a movement to denounce

the horrors of slavery and the persistence of masters' interests and wills can be seen.

Keywords: History and Literature, Abolitionist Movement, History of Brazil, Social History, Délia.

Introdução

A literatura produzida por romancistas brasileiras na segunda metade do século XIX constitui um tema incorporado recentemente na historiografia, em especial se o foco incidir sobre a interrelação da literatura e política a partir da cultura escrita e impressa. Desse modo, o estudo da presença de mulheres em espaços letrados, sobretudo a imprensa periódica e o romance folhetinesco, e a construção dos seus posicionamentos políticos permite refletir sobre o modo como mulheres das letras, oriundas das classes médias e das elites, interpretavam e questionavam as transformações sociais e políticas entre as décadas de 1870 e 1880. Nesse momento, o cenário dos impressos periódicos era atravessado por um debate que se estendia por diversos setores da vida pública, a saber, a abolição da escravidão no Brasil, um tema amplamente discutido nos espaços da política e que reverberava fortemente nos jornais da época.

A partir desse contexto, o objetivo principal desse artigo incide sobre a investigação do debate abolicionista nos contos breves e romances folhetinescos da romancista Maria Benedita Câmara Bormann (1854-1895), que publicou seus textos em diversos impressos periódicos utilizando o pseudônimo de Délia. As marcas de Délia nos jornais finiseculares estavam emolduradas por uma participação crescente de mulheres na imprensa, tanto como editoras quanto como romancistas/jornalistas, e nos círculos abolicionistas, pela sua participação em clubes e agremiações, ou em eventos públicos como, por exemplo, nas festividades abolicionistas. O artigo inspira-se em uma perspectiva teórico-metodológica baseada na História Social da Cultura, o que implica “adotar um pressuposto necessariamente materialista na análise”, voltada a “historicizar a obra literária [...], inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar

não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim como a constrói ou representa” (Chalhoub, Pereira, 1998: 7). A partir dessa perspectiva, a análise concentra-se em dois contos e dois romances de Délia, publicados entre 1884 e 1890, nos quais se vislumbra um engajamento com a causa abolicionista, ao dialogar com a experiência da escravidão para denunciar a violência inerente ao tráfico de escravizados e criticar a permanência das vontades e interesses das camadas senhoriais.

“Já nem sou autora do que escrevo! Enfim, há males que vem para o bem!”: Délia e a literatura finissecular

Entre janeiro e março de 1884, as páginas do jornal carioca *Gazeta da Tarde* vinham estampadas com um folhetim intitulado “Cara Noemia”. O folhetim, em formato epistolar, era da autoria de Délia, romancista já familiar ao público leitor após publicar outros contos breves e romances nos anos precedentes em diversos jornais brasileiros, tais como *Correio Paulistano*, *Brazil* e *Gazeta da Tarde* (Barbieri, 2020). Por meio de tons sarcásticos e uma escrita irônica, “Cara Noemia” era composta por uma série de correspondências supostamente trocadas entre Délia e a supramencionada correspondente, Noemia, uma amiga residente no Rio de Janeiro. Délia utilizava as cartas para responder a uma série de críticas que seus escritos literários haviam recebido, em especial, a acusação de que seu romance de estreia, *Aurélia*, era uma mera “cópia” da romancista francesa George Sand (pseudônimo de Amandine Aurore Lucile Dupin). Ao rebater seus críticos, Délia afirma que “Copista de George Sand! Que glória! Nunca ousei ambicionar tanto! [...] Então, *Aurélia* não é tão pobre como eu pensava, pois é preciso muita coisa para evocar a sombra luminosa de Sand!” (Borman, 1884b: 1). No folhetim seguinte, Délia relata seu desconcerto ao ouvir “ofensas veladas” (Barbieri, 2020: 91) acerca de sua carreira, e ainda boatos de que, pela sua qualidade literária, seus romances só poderiam ser de autoria de um homem: diante das acusações, Délia ironiza: “Já nem sou autora do que escrevo! Enfim, há males que vem para o bem! [...] Além de tanto labor, teremos de disputar os romances

à unhas e dentes? Mais vale plantar couves, já que esta terra é essencialmente agrícola! Adeus, Noemia, vou decididamente para a horta! (Bormann, 1884f: 1).

Nesses e em outros textos literários, Délia refletia sobre os desafios e preconceitos que recaíam cotidianamente sobre mulheres como ela, sobretudo as acusações de plágio, boataria maliciosa ou ainda as condenações públicas por supostamente produzir literatura de baixa qualidade gerada, conforme um dos seus críticos na imprensa, pelo “despeito, do capricho, de uma paixão infeliz, de qualquer sentimento exclusivamente pessoal” (Barbieri, 2020: 91). Posteriormente, em 1890, Délia voltou a refletir acerca dos desafios confrontados por escritoras ao se inserirem no campo literário brasileiro finissecular. Por meio do romance *Lésbia*, Délia explorava os percalços da corajosa e intelectual Arabella, que, após fugir de um marido tirano e conhecer as dores do coração partido ao ser enganada por um mulherengo irresponsável, abandonava o nome batismal e assumia uma *persona* literária: Lésbia, possivelmente em referência à poeta grega Safo de Lesbos, ou à musa homônima do poeta romano Catulo. *Lésbia*, que dialoga com o gênero do *künstlerroman* (romance de artista), narra o fazer-se de uma escritora, sua paixão pelo conhecimento e pelo potencial criativo, abordando, também, os desafios e obstáculos materiais ou simbólicos que dificultavam a produção literária feminina no final do século XIX. Esses desafios confrontavam Lésbia desde a publicação de seu primeiro romance, um folhetim chamado “Blandina”, impresso nas páginas da “Folha X”. Em seu folhetim inaugural, Lésbia apresentava aos seus leitores:

um espírito másculo, presidindo à concepção e ao desenvolvimento do entrecho, ao mesmo tempo em que a amena ductilidade do estilo, dobrando-se ao apurado tato feminino, desvendava esses melindrosos recessos d’alma que o homem mal adivinha e que a mulher só possui e expor (Bormann, 1998: 103).

A imprensa, continuava a autora, recebeu a obra “com frieza [...], ou antes, nem se apercebeu daquela aparição, a pobre cega; os literatos, esses, viram-na muito bem, mas calaram-se, esperando talvez

entibiar-lhe o ânimo e cortar-lhe os voos” (Bormann, 1998: 104). Nesse jogo literário entre ficção e realidade, Délia referia-se ao papel central desempenhado pelos impressos periódicos na produção literária entre as décadas de 1880 e 1890, momento em que os jornais e revistas “formaram canais de comunicação que possibilitaram o descortinamento de um novo mundo para as mulheres” (Araújo, 2008, p. 19). Assim, escritoras da geração de Délia, seja por meio da escrita ficcional ou jornalística, utilizaram-se das páginas de impressos periódicos para delatar e denunciar os estigmas sociais que recaíam sobre as mulheres, especialmente oriundas das classes médias, reivindicando novas formas de atuação social e política: entusiasmadas com a difusão do movimento republicano e abolicionista, intelectuais como Délia advogavam por uma abertura no campo da educação e do trabalho, pela reforma do casamento enquanto instituição social, e por direitos políticos.

Nas páginas de diversos jornais cariocas, ressaltava-se uma presença constante e frequente de Délia – o pseudônimo literário de Maria Benedita Câmara Bormann. Ainda que as informações biográficas pertinentes à trajetória de Délia sejam escassas, a historiografia e a crítica literária recente tem recuperado sua vasta produção literária (Barbieri, 2020). Sabe-se que Maria Benedita Câmara Bormann nasceu em Porto Alegre, em 1853, mas passou boa parte de sua trajetória no Rio de Janeiro, onde faleceu em julho de 1895. Casou-se com seu tio-materno, o marechal José Bernardino Câmara Bormann, que teve longa carreira militar e foi ministro da Guerra em 1909. Foi caracterizada por uma de suas contemporâneas, a escritora Ignez Sabino, como uma “Zola de saias”, um indicativo da presença de elementos naturalistas em sua escrita literária e também um esforço de legitimação do lugar de Délia na história literária brasileira. Com efeito, a despeito de certa estética naturalista na caracterização de suas tramas, Délia mobilizava recursos literários presentes em outras estéticas literárias (Telles, 1998). Délia colaborou em diversos jornais, a exemplo de periódicos vinculados ao movimento republicano e abolicionista (como *Gazeta da Tarde*, de José do Patrocínio) e também na imprensa feminina do

período, tal qual a revista *A Família*, criada em 1888 pela escritora e sufragista Josefina Alvares de Azevedo.

Em muitos dos seus romances, Délia sugeria uma insatisfação com as visões do feminino advogadas pelo movimento republicano no Brasil entre as décadas de 1880 e 1890. Em seus romances, tal qual *Aurélia* (1883), *Angelina* (1886), *Lésbia* (1890) e *Celeste* (1893), Délia apresentava mulheres infelizes ou vítimas de violências físicas e simbólicas na esfera doméstica. Seus romances foram publicados em um contexto marcado pelas primeiras reivindicações sufragistas no Brasil, mas também pela recusa, por parte dos novos poderes políticos após a proclamação da República, em promulgar o voto feminino. Além disso, em uma reverberação das teorias da esfera do público e do privado, persistia uma noção de que o casamento, a maternidade e o cuidado da casa e dos filhos eram o destino natural e o lugar social das mulheres (Kniebiehler, 1991). Ao longo dos seus escritos, Délia realizava constantes questionamentos e críticas acerca do impacto desses códigos de conduta nas suas personagens, enfatizando, por um lado, a violência à qual as mulheres de classe média estavam expostas, e, por outro lado, a solidariedade entre mulheres, capazes de promover experiências alternativas de família e maternidade (Araújo, 2008: 182-194).

O período em questão foi marcado pela crise da monarquia e pela intensificação do movimento republicano no Brasil, associado a uma difusão de movimentos estéticos, literários e científicos oriundos do pensamento europeu, a exemplo do positivismo e do darwinismo. Nesse momento, por meio da cultura escrita e literária, diversos intelectuais brasileiros visavam interpretar as profundas transformações sociais e políticas. Em muitos casos, a incorporação de valores liberais nas culturas políticas dialogavam com as campanhas abolicionistas e republicanas, visando a modernização das estruturas sociais brasileiras, a superação de um passado visto como atrasado e retrógrado, e a extensão dos direitos políticos e da democracia. Frequentemente, esse processo de modernização estava ancorado em uma leitura cientificista da sociedade, envolvendo, ainda, uma presença cada vez mais constante do racismo científico no pensamento social brasileiro do

final do século XIX. Adicionalmente, o cenário cultural e político das últimas décadas do Oitocentos foi marcado por uma presença cada vez mais constante de mulheres que passam a frequentar e constituir espaços de sociabilidade letrada e cultura escrita – em especial na imprensa periódica.

Afinal de contas, o último quartel do século XIX foi caracterizado por um crescimento quantitativo, ainda que modesto, de jornais e revistas idealizados e produzidos por mulheres, ou voltados para a formação de um público leitor feminino, frequentemente idealizado como “mães de família”. Ao lado da formação moral das leituras, entre receitas, notícias sociais, poemas e folhetins, esses periódicos manifestavam preocupações que se alinhavam às defesas políticas de mulheres, a exemplo do acesso universal à educação, o direito ao sufrágio e a inserção em carreiras profissionais. Diversas romancistas da época utilizavam a escrita literária e jornalística para questionar ou romper com os constrangimentos e convenções sociais, fortemente incorporados na sociedade brasileira finissecular, e principalmente a ideia da maternidade como um destino biológico e função social das mulheres. Jornais e revistas, como o impresso *A Família*, tratavam de temas como o sufrágio e a educação da “mãe de família”. *A Família*, que esteve em circulação até meados da década de 1890, teve ampla colaboração de Luiza Adelaide, Amália Franco, Emilia Ribeiro, Maria Vaz de Carvalho, Júlia Lopes de Almeida, Emiliana de Moraes, Ignez Sabino e Presciliana Duarte. Ao lado de conferências, folhetins literários e citações de Madame de Staël, Madeleine de Scudéry e George Sand, impressos como esse idealizavam novos modelos de subjetividade e atuação social. Ainda que com menos frequência, Délia também contribuiu para *A Família* em 1889, pela publicação do conto “A Espera”. No mesmo periódico, Délia foi posteriormente caracterizada como uma “notável escritora brasileira [...], um dos talentos femininos que mais se tem distinguido no nosso jornalismo” (Anônimo, 1891: 7).

“A Espera” aborda os dramas de Celina, uma mulher que permanece até o fim da vida, à beira da praia, na espera do homem que a abandonou. A heroína é caracterizada por Délia como virginal e ingênua,

marcada por sentimentos suaves e pelo afeto. Simultaneamente, a personagem era capaz de evocar uma “ardente volúpia, feita de saudades e indefiníveis desejos”, ao sentir “a brisa salina, impregnada de cor-dame, alcatrão e linho”. A visão de um beijo de amantes no cais, “repleto de sadio sensualismo”, fazia com que Celina sentisse a ausência da paixão pelo homem que a deixou. Desse modo, mesmo sem sair de um cenário doméstico, Délia explora a descoberta da sexualidade da jovem, associada a sensações físicas semelhantes “ao começo da embriaguez, e a ingênua donzela teve a intuição do seu vago ansiar”. Esmiúça a subjetividade de Celina, ao enfatizar a ânsia por sentimentos como o amor e a dor causada pela solidão feminina, somada à ausência total de “fibra materna” (Bormann, 1889: 6). O destino final de Celina – que morre sozinha e abandonada pelo homem amado – sugere uma combinação de elementos presentes na ficção do final do século XIX, ao destacar o aspecto angelical de Celina e os sofrimentos causados pelos modelos de feminilidade do período, relacionados à maternidade e ao casamento, demonstrando as consequências emocionais para mulheres incapazes ou impossibilitadas de se enquadrar nesses ideais: a infelicidade, a solidão perpétua, o tédio.

Nesse e em outros contos e romances publicados por Délia entre as décadas de 1880 e 1890, há uma imagem recorrente de mulheres infelizes ou vítimas de violências físicas e simbólicas praticadas no seio do conforto doméstico. De modo específico, Délia advogava pela importância da educação moral, intelectual e sexual das mulheres, para se tornarem mais autônomas e reconhecerem seus próprios desejos. Afinal de contas, ao lado de suas heroínas angustiadas e sofredoras, tal qual Celina em “A Espera”, Délia contrapunha personagens masculinos, homens vaidosos e mesquinhos, ou ainda ausentes e irresponsáveis, por meio dos quais problematizava os ideais de virilidade difundidos naquele contexto, no qual tanto a educação moral quanto os discursos médicos-higienistas defendiam modelos normativos necessários para a construção da nação brasileira: homens comprometidos com a defesa da honra, a potência sexual reprodutora, o autocontrole e o compromisso com a pátria. Em seus contos, Délia frequentemente demonstrava o modo como esses modelos de virilidade legitimavam as

violências praticadas por homens caracterizados pela romancista como dotados de comportamentos mórbidos e agressivos, ou ainda, como em “A Espera”, homens de atitude “infel e perjura, fruindo criminosa aventura” (Bormann, 1889: 6).

Cabe lembrar, também, que o período que marca a trajetória intelectual de Délia foi caracterizado pela abolição do trabalho servil e passagem ao regime republicano, quando novos modelos de conduta e códigos comportamentais passam a ser reforçados entre homens e mulheres. Os discursos políticos, científicos e religiosos do período acenavam “com as delícias reservadas àquelas que seguissem seu destino natural, promovendo a mulher-mãe e o exercício da maternidade a uma função não só natural, mas de ordem moral e política” (Martins, 2004: 14). Para os setores mais conservadores, a maternidade e a vida conjugal seriam incompatíveis com o exercício de outras atividades profissionais, educacionais ou políticas. Assim, os discursos sanitaristas e naturalistas se aproximavam do campo político na defesa de que a função social da mulher era criar os futuros cidadãos da pátria. Em seus romances, Délia tensiona esses discursos, ao imaginar outras possibilidades de atuação social e profissional para suas personagens femininas: seja pela abertura à vida literária (em *Lésbia*) ou artística (como no conto “Carta a Sindol”, publicado na *Gazeta da Tarde* em 1883), pela construção de modelos alternativos de maternidade (como, por exemplo, no romance *Aurélia*) ou ainda por relações menos verticalizadas entre homens e mulheres. Esses elementos evidenciam uma dimensão eminentemente política nas produções literárias de romancistas como Délia: apesar de excluídas das instituições políticas, as intelectuais do final do século XIX utilizavam a literatura e a imprensa como espaço de manobra política. Cabe, portanto, esmiuçar as relações de Délia com um dos principais movimentos da cultura política brasileira na segunda metade do Oitocentos: o abolicionismo.

“A liberdade custa dinheiro, e o que havia em casa era pouco para ridículas ostentações”: o abolicionismo de Délia

O silenciamento historiográfico e invisibilização da participação de mulheres nos domínios da política tem sido problematizados por perspectivas historiográficas recentes, em especial a História das Mulheres, ao contribuir “não apenas pela visibilidade de sua presença e protagonização históricas, mas também pelo alargamento do próprio discurso historiográfico até então centrado no sujeito universal, isto é, masculino, branco, cristão, ocidental e heterossexual” (Muniz, Macena, 2012: 47). De modo mais específico, convém acentuar um movimento historiográfico que, pelo menos desde as últimas décadas do século XX tem promovido novas interpretações históricas dos contextos de escravidão e abolição, ao atentar-se para o protagonismo histórico de sujeitos escravizados, livres e libertos, suas estratégias cotidianas de resistência à escravidão e as visões de liberdade, ao romper com certa “coisificação” concernente à condição de escravizados e escravizadas (Chalhoub, Teixeira, 2009). Além disso, atenção especial tem recaído sobre a “atuação das mulheres nos movimentos abolicionistas”, o que “envolve o desafio e o esforço de rastrear e historicizar sua participação, de modo a questionar e desestabilizar a lógica da teoria das esferas, construção histórica que estabelece o mundo público como domínio masculino e o privado como espaço feminino” (Muniz, Macena, 2012: 48). Apesar do silenciamento historiográfico, a participação expressiva de mulheres, especialmente oriundas das classes médias ou das elites, no movimento abolicionista pode ser mapeada na imprensa periódica, ao noticiar ações públicas e eventos sociais voltados à causa da emancipação, e que contavam com uma presença feminina significativa.

Um exemplo da participação de mulheres no movimento abolicionista pode ser observado nos estudos de Muniz e Macena (2017) sobre a província de Minas Gerais na segunda metade do século XIX. Na década de 1880, a imprensa periódica na capital, Ouro Preto, demarcava uma presença crescente do abolicionismo entre os habitantes da serra mineira, envolvendo um significativo entusiasmo de mulheres no

cenário público, como, por exemplo, nas festividades abolicionistas ou nas filiações e associações voltadas à causa. Na imprensa periódica, essas mulheres, em geral oriundas das elites, eram caracterizadas como “benfeitoras” e movidas ao abolicionismo por sentimentos filantrópicos. Fenômeno semelhante pode ser observado no Rio de Janeiro, representando um momento de particular intensificação do movimento abolicionista e de ampla participação de “irmãs, filhas, esposas de abolicionistas” (Alonso, 2012: 107), especialmente nos contextos políticos que marcavam, em âmbito parlamentar, as proposições das legislações abolicionistas entre as décadas de 1870 e 1880. Tratava-se de uma forma de protagonismo que não necessariamente envolveu a formação de uma “frente” feminina de luta, tal qual o movimento sufragista e a primeira onda do feminismo, mas que teve uma ativa participação dessas mulheres. Na perspectiva de Angela Alonso, a participação de mulheres no movimento abolicionista, ainda que não se equalizasse ao feminismo, “atacou a escravidão onde ela era tão forte quanto silenciosa, em casa. Politizou a vida privada” (Alonso, 2012: 117). Desse modo, a presença de mulheres no movimento abolicionista promovia uma “política das ruas”, isto é, uma experiência na construção da cidadania, ao possibilitar a participação de grupos sociais que, até aquele momento, eram oficial e juridicamente excluídos da atividade política institucionalizada. Assim, “seu engajamento na luta política contra a escravidão revela-nos as escolhas feitas e as estratégias criadas para afirmar-se como protagonistas de suas próprias vidas” (Muniz; Macena, 2017: 57).

Sabe-se também que a presença de mulheres no abolicionismo se deu por intermédio da atividade literária e jornalística. Observe-se, por exemplo, o caso da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis e *Úrsula* (1859), considerado um dos primeiros (se não o primeiro) romances antiescravistas, apresentando os horrores da escravidão a partir de um drama romântico, no qual se entrecruzavam as violências de gênero, classe e raça. Seu antagonista, o comendador Fernando P., era apresentado como um representante das classes senhoriais, e retratado como um tirano de vontades predatórias, que provoca a morte de boa parte dos demais personagens da trama. Ou, ainda, o caso da paulista

Júlia Lopes de Almeida (1862-1934): seu romance *A Família Medeiros*, escrito durante o período de vigência do sistema escravista, porém publicado apenas em 1893, apresentava um cenário político e social marcado por conflitos entre uma nova geração, composta por jovens abolicionistas e inspirados por ideias liberais de progresso e modernização, e uma geração conservadora, formada por grandes e pequenos fazendeiros escravocratas. Ao final da trama, Júlia Lopes de Almeida apresentava uma idealização do trabalho livre, ao retratar uma fazenda moderna no interior paulista, cuja prosperidade era baseada na mão de obra assalariada – e branca, presumivelmente, formada por imigrantes europeus. Romances como esses se aproximavam de outras formas de manifestação artística, a exemplo de peças teatrais e concertos musicais, promovidas em torno da causa abolicionista. Conforme Alonso (2012), as artes do período dramatizavam “o escravismo e difundiram o repertório moral abolicionista: a escravidão como ilegal, imoral, anacrônica. [...] A posse de escravos, de signo de distinção social, converteu-se em estigma, enquanto o ato de emancipar passou a emblema de fidalguia d’alma” (Alonso, 2012: 113).

Um dos espaços privilegiados para a análise da participação de mulheres no movimento abolicionista consiste nas páginas do jornal *Gazeta da Tarde* do Rio de Janeiro. Na edição de 22 de fevereiro de 1884, o jornal noticiava que “a gentil escritora que esmalta as colunas desta folha com as cintilações do seu brilhante talento – Délia, acaba de nos enviar um riquíssimo lenço de cambraia de linho, delicadamente bordado a crivo, tendo, em relevo as iniciais M.B.” (Anônimo, 1884: 2), uma referência a seu nome de batismo: Maria Benedicta. Além disso, o jornal demarcava que “o lenço, trabalhado no Rio Grande do Sul, foi oferecido à Confederação Abolicionista para ser vendido na festa de 25 de março [aniversário da abolição da escravidão na província do Ceará]. e assim devia ser: ao menos vai ele servir para enxugar as lágrimas dos infelizes repelidos da pátria – os escravizados” (Anônimo, 1884: 2).

Como se pode observar nestas e em outras publicações, Délia foi bastante ativa na produção de contos e romances de caráter abolicionista nos primeiros meses de 1884. O contexto foi marcado por uma

crise política que girava em torno da questão abolicionista: afinal de contas, poucos meses depois, o presidente do Conselho de Ministros, o político liberal Manuel Pinto de Sousa Dantas enviou à câmara dos deputados o Projeto de Lei No. 48, visando regulamentar a emancipação de indivíduos acima de sessenta anos, declarando estar o mesmo formulado de acordo com o Gabinete. Os debates sobre o “elemento servil”, especialmente entre os políticos conservadores, levaram à dissolução da câmara baixa do Parlamento e à convocação de eleições gerais. A emancipação dos sexagenários seria apenas implementada no ano seguinte, por meio da proposta de José Antônio Saraiva, aprovada durante o gabinete do Barão de Cotegipe, e prevendo a permanência dos escravizados com seus senhores por um período adicional de cinco anos.

O engajamento de Délia com a causa abolicionista pode ser vislumbrado pelo menos dois contos publicados na imprensa periódica, e, de modo mais pontual, em dois romances: *Uma vítima* (1884) e *Lésbia* (1890). O conto “A Ama” foi publicado no *Gazeta da Tarde* em janeiro de 1884, ao lado de notícias sobre o movimento abolicionista e os “dramas da escravidão”. A protagonista, uma escravizada de nome Joanna, era descrita como uma “retinta sadia, que trabalhava de enxada em uma fazenda, próxima da corte” (Bormann, 1884a: 1). Joanna é forçada a abandonar seu bebê recém-nascido quando é vendida a outro senhor fazendeiro, em demanda de uma ama de leite ao filho do novo proprietário. Com o passar das semanas, a mulher se afeiçoa à criança, e, com a eventual morte do bebê branco, “chorou, rolando pelo chão em convulsivo pranto” (Bormann, 1884a: 1). Délia assegura aos leitores que Joanna, despedida e enviada de volta à lavoura, recebeu o mesmo valor que receberia se “a criança não morresse e crescesse forte e sadia [...]” já que “não a libertariam porque a liberdade custa dinheiro, e o que havia em casa era pouco para ridículas ostentações” (Bormann, 1884a: 1). No final, ao retornar à fazenda, Joanna descobre que seu próprio filho faleceu pouco tempo após sua partida. Desolada e acometida pela dor da perda, ela se lança à morte nas águas caudalosas do Rio Paraíba. Neste conto, a maternidade aparece como uma crítica à instituição da escravidão: a infelicidade da escrava-mãe e os

tons melodramáticos contribuía para sensibilizar seus leitores com relação às violências físicas e simbólicas derivadas do trabalho servil e, de modo mais específico, contra o corpo feminino. Assim como em outros romances publicados no período, a exemplo de *Fantina: cenas da escravidão* (1881), de Duarte Badaró, o conto de Délia visava dialogar com a experiência de homens e mulheres submetidos à violência escravocrata, denunciando a violência senhorial e reforçando a necessidade de intervenção da lei sobre a vontade dos senhores.

Algumas semanas mais tarde, em fevereiro, Délia publicou a narrativa breve “Pai Anselmo”, protagonizada por um velho marujo que relata sua trajetória a um grupo de jovens pescadores e marinheiros. Anselmo relata que “desde os mais tenros anos, só vejo em minha lembrança um homem brutal, que se dizia meu tio e do qual experimentei várias vezes o vigor do pulso” (Bormann, 1884c: 1). Esse homem decide entregar Anselmo a um capitão de navio, “com direito de vida e morte” sobre o rapaz; para sua infelicidade, descobre que seu capitão era “feroz, [...] e eu não passava de um pobre grumete, um abandonado, uma *cousa*” (Bormann, 1884c: 1). Para piorar as coisas: “o navio era negreiro, e afrontando os mares, fundeavamos nas costas d’África a fim de privar os desgraçados negros da sua pátria, da liberdade e da família” (Bormann, 1884c: 1). Desse modo, Délia utilizava da narrativa de Anselmo para descrever os horrores dos navios negreiros, assinalando que “horrorizado”, Anselmo tremia “de medo e de cólera, [...] maldizendo a minha impotência, eu via os infelizes se debruçarem, desesperadamente, nas mãos d’esses homens que vinham de longe aprisioná-los, pelo direito do ardil e da humanidade!” (Bormann, 1884c: 1).

Numa das cenas da narrativa, Anselmo relembra dos porões do navio onde “em medonho ajuntamento, suportando um calor abrasador, os míseros jaziam, ora em lúgubre silêncio ora em revoltoso murmúrio” (Bormann, 1884c: 1). Descreve, também, que diante do avanço do “bárbaro” capitão uma das mulheres escravizadas preferiu rasgar a carne de sua filha com os dentes a fim de evitar o estupro. Narrativas que enfatizavam os horrores dos navios tumbeiros tornaram-se recorrentes na propaganda abolicionista, em especial pela publicação de

relatos de homens e mulheres libertos, visando denunciar a violência inerente ao tráfico de almas. Nesse conto, Délia apresenta um elemento adicional: ao caracterizar seu protagonista como um marujo “abandonado, uma *cousa*”, a romancista recuperava o próprio vocabulário que norteava as relações senhoriais, que observavam os escravizados como objetos, “*cousas*”, isto é, propriedades privadas e extensão da vontade de seus senhores.

No ínterim, entre fevereiro e março de 1884, Délia publicou no *Gazeta da Tarde* o romance *Uma Vítima*. Apresentado aos seus leitores como um drama familiar, *Uma Vítima* girava em torno das rivalidades de Melânia e sua filha Lucia, que disputavam as afeições do pai, um juriconsulto e deputado Caetano. No décimo capítulo, publicado em 27 e 28 de fevereiro de 1884, Lucia acompanha o pai a uma sessão da Câmara dos Deputados. Délia afirma que Lucia se identificava com “todos os [...] interesses e opiniões” do pai, e cultivava “a ideia de contemplá-lo um dia com a farda de ministro”, já que o “peito nobre [de Caetano] batia pela glória da pátria e por ela empregaria toda a grandeza do seu talento e abnegação” (Bormann, 1884e: 2). Ao início da sessão parlamentar, Délia também relembra aos seus leitores da participação feminina, ainda que, como Lucia, na função de espectadoras, já que, “nas tribunas, gentis senhoras, encantadoras mariposas, sequiosas da luz de mil olhares, ciosas da política e dos interesses sérios, que lhes roubam a atenção dos homens, seus cativos” (Bormann, 1884e: 2).

O debate parlamentar retratado por Délia dizia respeito à questão abolicionista, a qual “embora já resolvida pela áurea lei de 28 de setembro [Lei do Ventre Livre], provocava de novo a luta do interesse geral com os interesses particulares” (Bormann, 1884e: 2). Caetano, ao tomar a palavra, ecoa os ideais abolicionistas: a escravidão, “essa praga social, é hoje um anacronismo e, como tal, um fator nulo, se não nocivo na civilização dos povos” (*Gazeta da Tarde*, 28/02/1884: 2). O fim do trabalho servil era uma “nobre missão” (Bormann, 1884e: 2). Aos proprietários, “os senhores de escravos, deveriam fazer, por seu próprio interesse aquilo que a tibieza de seus corações não lhes soube impor!” (Bormann, 1884e: 2). Já ao poder público, “cumpre

localizar o escravo existente na província em que habita, aumentar o fundo de emancipação, fomentar as liberalidades particulares e cuidar da educação dos ingênuos, preparando trabalhadores moralizados e cidadãos úteis” (Bormann, 1884e: 2). Para Délia, não havia dúvidas: sem poder contar com a benevolência da classe proprietária, cabia ao Estado formular leis e impor-se sobre a vontade particular dos senhores de escravizados.

Ecos do abolicionismo de Délia podem, também, ser vislumbrados no romance *Lésbia*. Ainda que publicado em 1890, a romancista apresenta, dentre a miríade de homens dissimulados que perseguem a protagonista, um certo “Barão de Buriti, Visconde de Pacoval”, “ridículo personagem, senil em emoção, trêmulo, repelente e até grotesco” (Bormann, 1998: 132) que corteja Lésbia, associando-a aos “passos largos [que] caminha o Brasil para o progresso, porque já possui mulheres distintas” (Bormann, 1998: 132). Lésbia, “com a mobilidade de impressões que lhe era peculiar, tornou-se, de súbito, séria” e retrucou ao “senhor barão-visconde”: para ela, “só há uma nobreza; a do talento, e essa é tão forte, tão alheia à evolução social, tão subjetiva, que não tem a recear revoluções nem confisco de bens [...]” (Bormann, 1998: 133). Aos “fidalgos” no Brasil, só restavam os “de meia-tigela ou fidalgotes, dispondo de duvidosa nobreza, de pouca nomeada e de poucos haveres”, muitos dos quais alcançando o título de nobreza como recompensa por suas ações na guerra da tríplice aliança (Guerra do Paraguai), ao retirar os “pobres negros da enxada das fazendas ou do serviço doméstico, todos marcados pelo azorrague, pondo-lhes a farda às costas sem lhes consultarem a vontade e talvez por um requinte de vingança” (Bormann, 1998: 134-135). Assim, para Lésbia (e Délia), barões como aquele conquistaram seus títulos com o sangue daqueles escravizados que, ao lutarem na guerra, sonhavam com a liberdade; e agora, “com o abolicionismo [...], chusmas de humanitários restituem alguns desgraçados à liberdade, recebendo sempre uma indenização, embora mude de espécie; não é dinheiro, mas é honraria” (Bormann, 1998: 135). Aqui, assim como alhures, sentimentos abolicionistas mesclavam-se a uma certa inspiração em valores liberais e republicanos, observando em “fidalgotes” como

aquele uma classe parasitária, alheia ao progresso nacional, e interessada na causa da liberdade apenas para interesse próprio. De modo semelhante ao exposto nas cenas parlamentares de *Uma Vítima*, Délia parecia atacar a persistência das vontades e interesses senhoriais, ridicularizando-as como um “anacronismo”, tão senil quanto seu “fidalgo de meia-tigela”.

Considerações Finais

O contexto cultural e político, entre as décadas de 1870 e 1880 no Brasil, foi marcado pela difusão de ideias liberais, em especial no bojo do movimento abolicionista e nas campanhas republicanas, que visavam certa modernização da sociedade brasileira a partir da manutenção da ordem social. A despeito disso, o clima de transformação política estruturou uma presença cada vez mais expressiva de mulheres em setores da cultura escrita e impressa, muitas das quais engajadas abertamente com a defesa do acesso universal à educação superior, ao voto e às carreiras profissionais. Em jornais como *A Família*, diversas romancistas e jornalistas promoveram certa cultura política por meio da palavra escrita, ao buscar ampliar a esfera de atuação social das mulheres e seus direitos políticos.

Entrelaçado a esse contexto, vislumbra-se uma participação ativa de mulheres nas campanhas abolicionistas. Escritoras como Júlia Lopes de Almeida e Délia fizeram uso da literatura, tanto na narrativa breve quanto no romance, para denunciar as mazelas da escravidão. Em seus contos e romances folhetinescos, Délia manifestava-se como defensora da abolição, denunciando a violência senhorial, como no conto “A Ama”, ou os horrores dos navios negreiros, tal qual na narrativa breve “Pai Anselmo”. Em sua escrita literária, como possivelmente na “política das ruas”, Délia denunciava as violências sofridas por mulheres negras e escravizadas (“A Ama”), como uma estratégia para sensibilizar seus leitores à causa abolicionista, ou ainda associando os privilégios das classes senhoriais à situação de atraso socioeconômico no contexto brasileiro. No conjunto, Délia parecia alinhar-se aos posicionamentos de diversos políticos e intelectuais liberais que

defendiam que a vontade dos senhores deveria ser submetida ao poder da lei: sem poder contar com a boa vontade dos “fidalgotes”, cabia promover a legislação abolicionista – e fazê-la cumprir.

Referências bibliográficas

- ALONSO, A. (2012), “A teatralização da política: a propaganda abolicionista”, *Tempo Social*, 24(2), São Paulo, p. 101-122, <https://doi.org/10.1590/S0103-20702012000200006>.
- ANÔNIMO “Novidades: Délia (1891)”, *A Família*, 107, Rio de Janeiro, p. 7.
- ANÔNIMO (1884), *Gazeta de Notícias*, 44, Rio de Janeiro, p. 2.
- ARAÚJO, M. da Conceição Pinheiro (2008). *Tramas femininas na imprensa do século XIX: tessituras de Ignez Sabino e Délia*. Tese de Doutorado em Letras. PUC-RS, Porto Alegre.
- BADARÓ, F.C.D. (2019). *Fantina: cenas da escravidão*. Posfácio e anotações de S. Chalhoub, Chão Editora, São Paulo.
- BARBIERI, C. (2020), “Contos na imprensa: Délia e a narrativa breve”, *Letras em Revista*, 11, Teresina, p. 76-96.
- BORMANN, M.B.C. (Délia) (1884a), “A Ama”, *Gazeta da Tarde*, 25, Rio de Janeiro, p. 1.
- BORMANN, M.B.C. (Délia) (1884b), “Cara Noemia”, *Gazeta da Tarde*, 30, Rio de Janeiro, p. 1.
- BORMANN, M.B.C. (Délia) (1884c), “Pai Anselmo”, *Gazeta da Tarde*, 36, Rio de Janeiro, p. 1.
- BORMANN, M.B.C. (Délia) (1884d), “Uma Victima”, *Gazeta da Tarde*, 47, Rio de Janeiro, p. 2.
- BORMANN, M.B.C. (Délia) (1884e), “Uma Victima”, *Gazeta da Tarde*, 48, Rio de Janeiro, p. 2.
- BORMANN, M.B.C. (Délia) (1884f), Sem título [“Cara Noemia”], *Gazeta da Tarde*, 13, Rio de Janeiro, p. 1.
- BORMANN, M.B.C. (Délia) (1889), “A espera”, *A Família*, 12, São Paulo, p. 6.
- BORMANN, M.B.C. (Délia) (1998), *Lésbia*, Editora Mulheres, Florianópolis.

- CHALHOUB, S., PEREIRA, L.A. de Miranda (1998), *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro.
- CHALHOUB, S., TEIXEIRA, F. (2009), “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”, *Cadernos AEL*, 14(26), São Paulo, p. 14-45.
- KNBIHIELER, Y. (1991), “Corpos e corações” em: Fraisse, G., Perrot, M. (eds), *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 4: *o século XIX*, Edições Afrontamento, Porto, p. 351-398.
- MARTINS, A.P.V. (2004), *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*, Fiocruz, Rio de Janeiro.
- MUNIZ, D. do Couto Gontijo, MACENA, F.F. (2012), “Mulheres e política: a participação nos movimentos abolicionistas do século XIX”, *Revista Mosaico*, 5, Goiânia, p. 45-54.
- MUNIZ, D. do Couto Gontijo, MACENA, F.F. (2017), “Entre bailes, saraus e outras festas: protagonismo das mulheres no abolicionismo mineiro oitocentista”, *Revista Dimensões*, 38(1), Uberlândia, p. 47-68.
- TELLES, N. (1998), “Introdução” In: Bormann, M.B.C. (Délia) (ed.), *Lésbia*, Editora Mulheres, Florianópolis.